

Estado abre chamamento para 2,7 mil serviços de saúde

Medida prevê cirurgias, internações e leitos de UTI em reforço a Campinas e região

Por Moara Semeghini

O Governo do Estado de São Paulo anunciou que deve publicar nos próximos dias um chamamento público para a contratação de 2.760 procedimentos mensais, entre cirurgias, internações e leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), na região de Campinas. De acordo com nota enviada pela Secretaria de Estado da Saúde ao **Correio da Manhã**, nesta sexta-feira (13), a medida prevê investimento mensal de R\$ 4,2 milhões e visa reforçar a capacidade assistencial de Campinas e região.

O anúncio ocorre em meio a um cenário de forte pressão sobre os hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Campinas, que nas últimas semanas têm registrado superlotação, restrições de atendimento e suspensão de procedimentos em algumas unidades. Segundo o governo estadual, o Departamento Regio-

nal de Saúde (DRS) de Campinas acompanha de forma contínua a regulação de pacientes para assegurar o atendimento das demandas da região nos serviços conveniados ao SUS. O Estado informou ainda que está em fase final a contratação de dez novos leitos de UTI no município de Pedreira, o que deve ampliar a oferta de vagas para pacientes que necessitam de cuidados intensivos.

A Secretaria de Estado da Saúde também afirmou que mantém diálogo permanente com a Prefeitura de Campinas para ampliar a oferta de leitos e serviços na região. Segundo a pasta, o projeto do Hospital Estadual de Campinas está em fase final de preparação e a publicação da licitação para a construção da nova unidade deve ocorrer nos próximos dias.

A situação da rede hospitalar na cidade piorou nas últimas semanas. Levantamento recente aponta que o Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp opera com 394% de

ocupação na Unidade de Emergência Referenciada (UER) adulto, o que causa sobrecarga na estrutura da unidade, pressão sobre equipamentos e equipes de saúde.

Já o Hospital PUC-Campinas, que também atende pacientes do SUS, informou que o pronto-socorro chegou a registrar 365% de ocupação, com pacientes aguardando atendimento em macas nos corredores. Diante do cenário, a instituição suspendeu por tempo indeterminado as cirurgias eletivas e afirmou não ter condições de receber novos encaminhamentos do sistema público até que a situação da rede seja estabilizada.

Na rede municipal, os hospitais Mário Gatti e Ouro Verde, que integram a Rede Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, operam com taxas de ocupação entre 93% e 100% dos leitos, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

O quadro se agravou após o fechamento temporário da UTI adulto do Hospital Municipal Dr.

Mário Gatti para novas internações, após a identificação de pacientes colonizados por uma bactéria multirresistente conhecida como KPC (*Klebsiella pneumoniae carbapenemase*). A medida faz parte do protocolo de controle de infecção hospitalar e busca evitar a disseminação do microrganismo dentro da unidade. Com a UTI sem receber novos pacientes durante o período de controle sanitário, casos que necessitam de terapia intensiva passaram a ser direcionados para outras unidades da rede municipal ou para hospitais da região por meio da central de regulação.

Diante do cenário, o prefeito de Campinas, Dário Saadi, solicitou reunião com o secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva, para discutir medidas emergenciais e pedir urgência na ampliação de leitos hospitalares.

Paralelamente às medidas anunciadas pelo governo estadual, também avança o projeto do futuro Hospital Metropolitano de

Campinas, que deverá ampliar a capacidade de atendimento regional quando estiver concluído.

O hospital será construído em uma área de cerca de 35 mil metros quadrados no bairro Parque Itália, terreno que foi doado pela Prefeitura ao Estado após aprovação de lei municipal. A unidade deverá atender cerca de 4,6 milhões de moradores da região e terá investimento estimado em aproximadamente R\$ 400 milhões.

Segundo o projeto, a estrutura prevista inclui 262 leitos gerais e 50 leitos de UTI, além de centro cirúrgico com oito salas, pronto-socorro referenciado e serviços especializados em áreas como oncologia, cardiologia, ortopedia e neurocirurgia.

Apesar do avanço administrativo, a construção da unidade ainda depende da publicação do edital de licitação para contratação das obras, etapa que, segundo o governo estadual, deve ocorrer nas próximas semanas.



Superlotação atinge SUS em Campinas. Na imagem, mãe e filho no Hospital Ouro Verde

Justiça eleva condenação da Bosch para R\$ 12 milhões por fraude em perícias

Divulgação/Bosch

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) aumentou para R\$ 12,16 milhões o valor da condenação da multinacional alemã Robert Bosch Ltda. em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A decisão reconheceu a participação da empresa em um esquema de fraude em laudos periciais em processos trabalhistas.

O colegiado reformou parcialmente a sentença de primeira instância e ampliou a indenização por dano moral coletivo de R\$ 100 mil para R\$ 7 milhões. Além disso, fixou o pagamento de R\$ 60 mil de indenização por danos morais individuais a cada um dos 86 trabalhadores afetados.

Com isso, o total da condenação chega a R\$ 12,16 milhões. Ainda cabe recurso ao Tribunal

Superior do Trabalho (TST).

Segundo o MPT, a empresa teria atuado em conjunto com peritos judiciais para manipular laudos técnicos utilizados em ações trabalhistas, o que teria prejudicado trabalhadores que buscavam reconhecimento de doenças ocupacionais ou acidentes relacionados ao trabalho.

As irregularidades vieram à tona em 2016, com a Operação Hipócritas, conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal (PF). A investigação apontou um esquema de corrupção envolvendo peritos judiciais, assistentes técnicos e advogados que atuavam em processos trabalhistas. De acordo com as apurações, entre 2010 e 2014 foram realizados pagamentos indevidos a oito peritos judiciais em



Esquema envolvia pagamento de propina a peritos judiciais

pelo menos 86 ações trabalhistas contra a Bosch.

O esquema funcionava por meio de um assistente técnico contratado pela empresa, que intermediava o contato com os peri-

tos. Para ocultar o pagamento das propinas, a consultoria responsável emitia duas notas fiscais: uma referente aos serviços prestados e outra com valores adicionais destinados às vantagens indevidas. Se-

gundo as investigações, os valores eram frequentemente registrados em rubricas contratuais simuladas, como "estudos bibliográficos" ou "levantamentos técnicos complementares", criando aparência de legalidade para os repasses.

Durante o julgamento, o procurador regional do Trabalho Fábio Messias Vieira afirmou que a prática comprometeu a confiabilidade da prova técnica nos processos e prejudicou o direito dos trabalhadores a um julgamento justo. Para o Tribunal, a utilização sistemática de laudos fraudados afetou a imparcialidade das perícias e contaminou o ambiente processual, dificultando a análise de casos que envolviam doenças ocupacionais, perda auditiva e outras enfermidades relacionadas às condições de trabalho.